

# **CÓDIGOS MORAIS E SOCIAIS DA VIDA URBANA DE CAMPINAS: A PROSTITUIÇÃO (1940-1965)**

**Ana Maria Melo Negrão<sup>1</sup>**

Centro de Memória da UNICAMP - CMU  
anamarianegrão@me.com

## **Resumo**

Essa pesquisa vinculada ao CMU, ao abordar a Prostituição, além de leituras, legislação, fotografia, quadros, utilizou o método da história oral com entrevistas gravadas para desvendar o que os documentos silenciavam. Os depoimentos e relatos de vida de 60 homens e 20 mulheres, incluindo prostitutas, propiciaram um manancial de dados para mapear os locais de prazer e erotismo a cidade de Campinas de 1940 a 1965, em que os prostíbulos favoreciam as práticas sexuais aos homens, enquanto a mulher dedicava-se ao lar, aos filhos, a servir o marido com pudor, sem direito à realização sexual. Os papéis femininos e masculinos seguiam os códigos morais, sociais e religiosos daquele contexto social.

**Palavras-chave:** Prostituição – história oral- sexualidade – códigos sociais e morais.

## **Abstract**

This research linked to the CMU, when addressing Prostitution, in addition to readings. Legislation, pictures, used the method of oral history, with recorded interviews to reveal what the documents were silent. The testimonies and life reports of 60 men and 20 women, including prostitutes, provided a source of data to map the places of pleasure and eroticism in the city of Campinas from 1940 to 1965, where the brothels favored sexual practices for men, while the women dedicated herself to the home, to the children, to serve the husband with modesty, without the right to sexual fulfillment. Female and male roles followed the moral, social and religious codes of the social context.

**Keywords:** Prostitution– oral history – sexuality – social and moral codes.

As reflexões tecidas neste texto denominado **Códigos Morais e Sociais da Vida urbana de Campinas: a Prostituição (1945-1965)** tiveram como substrato um recorte de uma pesquisa mais ampla vinculada ao CMU, em razão do desejo inquietante de mapear em Campinas, cidade elitista e provinciana do interior do Estado de São Paulo, os cenários de luxúria e prazer a favorecer as práticas da prostituição, para satisfazer os desejos eróticos dos homens, em consonância com os códigos morais e sociais da época, delineando-se os papéis femininos e masculinos a gerar, em 2013, a publicação do Livro *Pernas Cruzadas, Meias Rendadas: desvendando histórias de Campinas (1930 – 1970)*. O livro, embora apresente uma

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Anglo-Germânicas e em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-Campinas, Doutora em Educação pela UNICAMP, professora universitária de Linguística e Sociologia Jurídica na PUC-Campinas e UNISAL, pesquisadora colaboradora da UNICAMP/CMU.

esteira teórica, objetivou atingir a população urbana de Campinas, a fim de expor uma fatia de sua história além das fronteiras do contexto acadêmico.

Escolher esta temática para a investigação deveu-se ao interesse pela história de Campinas, em um aspecto pouco explorado, a prostituição, para revelar vozes até então silenciadas pela história oficial e buscar locais das lascívias fortuitas, livres e sem freios.

Pelo fato da proximidade de minha casa ao prostíbulo “Castelinho Azul”, defronte ao Jardim Carlos Gomes, desde menina, tinha uma enorme curiosidade em saber o que acontecia ali e como era aquele local “misterioso” por dentro. Todavia, minha família jamais permitira que eu caminhasse na sua calçada fronteira, o que mais aguçava o desejo de descumprir o proibido.

O tempo passou e na minha docência universitária em Sociologia Jurídica, questionava o descumprimento das leis, uma vez que “favorecer a prostituição”, “manter casa de prostituição”, “rufianismo”, “tráfico internacional e interno de pessoas”, com tipificação no Código Penal, não tinham eficácia nem no social e nem no âmbito jurídico. Instigava-me sobremaneira compreender se a prostituição caracterizava-se como um estigma com repercussões pessoais e sociais, ou como uma necessidade biológica dos homens, conforme preceituada por muitos teóricos e aceita pelo imaginário sociocultural.

Para tecer a trajetória dos antros de prazer e do erotismo foi imprescindível a utilização da história oral como método, com depoimentos e relatos de vida, mediante entrevistas abertas ou levemente direcionadas com cerca de sessenta homens, entre 55 e 80 anos, sem mencionar nomes, com uma riqueza de dados, um manancial de informações a revelar o que era silente nas fontes escritas da história oficial. Houve depoentes que permitiram ter seus nomes citados, por considerarem-se protagonistas da história de Campinas, em especial, no jornalismo.

De grande relevância foram as outivas de duas dezenas de mulheres com idades variadas, mães de família e avós, inclusive, algumas que viveram em casas de prostituição. Quantas surpresas nos relatos! Até mesmo o desabafo espontâneo de uma senhora longeva a sentir-se frustrada na vida sexual, com um casamento por ela considerado sem sal e sem açúcar, sexo com muito recato, isento de qualquer romantismo, uma monotonia, o que a fazia fantasiar beijos como nos filmes do Clark Gable.

Por se tratar de um tema tabu, de início, os entrevistados solicitaram a entrevista em local reservado para que suas esposas não os ouvissem. Mesmo assim, mostravam-se inibidos, envergonhados, em relatar suas experiências referentes à prostituição e, por vezes, contradiziam-se, como se quisessem anular a situação lembrada, a apagar a memória, talvez por não desejarem revelar fatos que consideravam reprováveis. Mas, à medida em que tiveram certeza do sigilo de suas identidades, as suas lembranças afloravam com tal intensidade, como se revivessem momentos do passado a se presentificarem, inclusive com um ilusório resgate da virilidade comprometida pela idade. Realçou nessa lógica a dimensão temporal “Se o tempo altera as memórias e introduz novas interpretações aos fatos vividos permite também o trato pelos entrevistados de temas que seriam proibidos no momento em que os vivenciaram” (DEMARTINI, 1995, p. 8).

A cada dia, surgia o nome de alguma pessoa interessada em contribuir com uma parcela de experiência de vida, pois um entrevistado indicava outro. Assim foi-se tecendo o contexto, o pano de fundo dos locais da prostituição em Campinas.

### **Códigos morais, sociais, sexuais e religiosos**

No decorrer da pesquisa, os códigos morais, sociais e religiosos afloravam, de modo a mostrar uma dicotomia incontestável, no âmbito familiar. Campinas seguia o preceituado nos códigos vigentes na primeira metade do século XX. Criança não ouvia conversa de adulto. Sexo e sexualidade eram assuntos proibidos dentro de casa, tanto sobre as mudanças corporais e hormonais inerentes à puberdade, como sobre os relacionamentos sexuais, aparelho genital, gravidez, parto, orgasmo, doenças venéreas...

Frequentar bordéis e prostíbulos em nada afetava o casamento, noivado ou namoro, uma vez que os papéis masculinos e femininos eram bem delineados, não somente na provinciana Campinas como na vida urbana de demais cidades brasileiras, pelo momento sociocultural, uma vez que a temática da prostituição transpunha fronteiras.

A ida habitual às casas de prostituição era considerada benéfica, pois lá os jovens poderiam dar vazão aos impulsos sexuais próprios da idade, de forma a preservar o respeito à namorada, enquanto aos casados abria a possibilidade de expandirem todas as fantasias sexuais e satisfazerem-se a libido com ritmos eróticos, em coreografias jamais permitidas no leito

conjugal, de modo a garantir o recato e o pudor das esposas, bem como o respeito à mãe dos filhos.

Pelos papéis masculinos e femininos vigentes, à esposa cabia procriar, gerir o lar, trajar-se com cores sóbrias e discretas, presidir as reuniões de família e atender sexualmente o marido de forma contida, a preservar o recato, o pudor e a dignidade da mulher que fora educada para não manifestar desejos, jamais tomar iniciativas em relação sexual e não ter o direito de conhecer os espasmos do orgasmo. A mulher não se entregava ao marido por amor, mas por obrigação para cumprir o débito conjugal, em uma sexualidade hierarquizada. Deveria obedecer ao marido e jamais se negar a ele. Se ele quisesse usá-la, teria de ceder. Negar-se à conjunção carnal para evitar gravidez configurava-se como pecado grave a impedir a absolvição no confessionário.

As diferenças de papéis decorrem, em especial, de uma sociedade patriarcal e dominadora, em que os estereótipos femininos foram forçados a considerar a mulher de menos valia, inferior intelectualmente e preparada para a submissão masculina. A esposa, sabedora das idas do marido aos prostíbulos, não se sentia traída e nem humilhada, pelo contrário, ignorava o fato e até mesmo orgulhava-se de o marido não trazer para o recôncavo do lar as licenciosidades praticadas com mulheres desfrutáveis. Pelos depoimentos de algumas esposas, não se vislumbrava qualquer alusão ao machismo, mas acatamento irrestrito ao direito de os homens divertirem-se com prostitutas. As esposas tinham introjetado em si o recolhimento no lar, a bordar e tecer, a recitar versos, a ler receitas de ambrosia, goiabada, papo de anjo, bolachinhas..., a dedilhar a conta dos terços em orações infundáveis...

O quarto do casal simbolizava o altar do sagrado relacionamento conjugal, santuário da maternidade. Na maioria deles, havia um crucifixo com palma benta no domingo de Ramos, colocado na parede acima da cabeceira do leito. Completavam aquele santuário um quadro de santo de devoção, terço pendurado na borda da cama e um genuflexório para as orações.

Importava a obediência irrestrita aos códigos sexuais preconizados pela Igreja.

O sexo admitido era restrito exclusivamente à procriação. Onde determinações “certas” durante as relações sexuais. Era proibido evitar filhos fora do “vaso”. Era obrigatório usar o “vaso natural” e não o traseiro. Era proibido à mulher colocar-se por cima do homem, contrariando as leis da natureza. Afinal, só os homens comandavam. Ou colocar-se de costas, comparando-se às

feras e animalizando um ato que deveria ser sagrado. Certas posições vistas como “sujas e feias”, constituíam pecado venial, fazendo com que “os que usam de tal maneira tenham grande repreensão, por serem piores do que brutos animais, que no tal ato guardam seu modo natural”, dizia a Igreja. (DEL PRIORE, 2011, p.43).

Como consequência, as mulheres desinteressavam-se pelo sexo, uma vez que o gozo sexual feminino não estava codificado no casamento. A esposa aceitava a vida sexual passivamente, sentindo culpa e vergonha se almejasse camisolas mais decotadas a favorecer sensações táteis para carícias mais ousadas. Uma das entrevistadas, mãe de dez filhos, confessou, sem qualquer constrangimento, que era sempre a mesma coisa, debaixo dos lençóis, “papai-mamãe”, no escuro sem uma fresta de luz, e uma gravidez seguida à outra.

Essa forma de pensar e acatar a dominação masculina encontra respaldo em sociólogos, a destacar Pierre Bourdieu que se debruçou, epistemologicamente, na análise do comportamento masculino a demonstrar que a cópula sexual conjugal simbolizava relação social de dominação pautada na dicotomia construída pelos princípios da divisão de papéis femininos e masculinos. Em *A Dominação Masculina*, Bourdieu (1998) desenha o desejo masculino com ênfase na posse e o desejo feminino pautado na subordinação, remanescentes ainda hoje com uma perspectiva cultural-histórica.

Se os prazeres eram proibidos e não havia na prostituição sentimento envolvido, apenas momentos de ardência sexual mediante pagamento, como falar em traição, em adultério? Impende refletir nos binômios: amor-sentimento e amor-carne. Por que não poderiam caminhar juntos, no mesmo leito? Por que a esposa era impedida de amar e ser integralmente amada? Seriam os códigos sociais e morais e o caldo cultural de machismo patriarcal os responsáveis pela imposição da conjunção carnal prazerosa apenas com a prostituta? E a felicidade de onde emanava: do lar ou do prostíbulo? O amor à esposa era um engodo? E o fazer amor com a prostituta era meramente uma necessidade biológica, um extravasamento da libido? Era meramente uma “farra”, um divertimento ou um imperativo?

As respostas a esses questionamentos atinham-se a um contexto social codificado em que o clímax do gozo permitia-se com as quengas, como dizia o escritor Jorge Amado “*esposa é para respeitar, quenga é para se divertir*”. Configurar como adultério as relações sexuais desenvolvidas em casas de tolerância, em prostíbulos era extremamente complexo, pois a

esposa não era enganada nem trocada, apenas poupada, para manter a sua integridade moral. Ademais, os códigos sociais de cada época mantêm-se condicionados nos comportamentos, sem inquirição alguma até que haja insurgências a eles e quebras de paradigmas, em processo de alterações gradativas ligadas a variados fatores culturais e temporais.

### **Sexo, masturbação, poluição noturna: assuntos proibidos no lar**

A educação era rígida tanto no lar como nos colégios. Em banheiros de escolas confessionais, usualmente, as alunas internas tomavam banho com um camisolão, sob o mote escrito na parede “Deus me vê”. E os meninos de colégios internos, em especial, nos confessionais, deveriam dormir com as mãos sobre a dobra do lençol, mesmo em noites frias e, não raramente, os bolsos das calças eram costurados, a impedir o toque na genitália.

Quando um menino era surpreendido com poluição noturna - o sono molhado, como se costumava dizer, assustava-se, angustiava-se e buscava esconder “aquilo”, como se pecado fosse. Desconhecia as transformações hormonais de seu corpo, e que a poluição noturna era uma consequência biológica natural. Um depoente segredou que, por ser criado em um lar tradicional e conservador, ouvia constantemente sua mãe dizer-lhe que sexo era sujo. E, num belo dia, com treze anos de idade, em que teve uma poluição noturna, porque instintivamente manipulou seu órgão genital, foi penalizado com fortes batidas nas mãos, e obrigado a jurar que jamais tocaria em seu pênis. Colocar as mãos do bolso da calça, nem pensar! Depois desse fato, somente podia tomar banhos frios, de preferência à noite, antes de ir para a cama. Sua mãe levou-o à igreja para se confessar de tão odioso pecado. Ninguém lhe explicou o que era ejaculação. Aprendeu coisas relacionadas ao sexo, nas conversas fortuitas com os colegas de escola.

O termo masturbação era proibido dentro de casa, embora os adolescentes a praticassem para terem sensações prazerosas e darem alívio à excitação. Caso os pais percebessem, faziam-lhes ameaças afirmando que poderiam perder a memória e a audição, ter febre, suores, mau hálito, tornar-se um imbecil. Da mesma forma, não se falava em masturbação com as meninas, embora algumas manuseassem o clitóris, prática jamais aceita, sob atemorização de se tornarem feias, gordas, e possibilidade de contraírem doenças como a epilepsia e outras.

Enquanto as filhas eram mantidas sob a mais rígida vigilância, em manifesta dicotomia, os meninos poderiam desde a adolescência, iniciar a vida sexual com prostitutas, para comprovar a virilidade e como medida protetiva para preservar a virgindade das namoradas. Isso era cultural, pois, pelos depoimentos, emergiam as frases: “Prefiro filha morta a desonrada,” ou “Filho, faça de tudo enquanto é solteiro, depois case e sossegue”. E alguns pais incentivavam esse “batismo” direta ou indiretamente, mediante alguém que pudesse levar o filho a um prostíbulo.

### **A primeira vez.**

Pela voz dos entrevistados desvendou-se que parte da sociedade campineira, na faixa de 12 a 14 anos, iniciou-se sexualmente na Casa da Geni, que deixou sua marca na história de Campinas. Quantos meninos com ela consumaram o primeiro ato sexual, tornando-se aptos ao exercício sexual inerente à adolescência e à juventude, e em posterior casamento dentro dos padrões morais da época.

Geni trabalhava sozinha, com hora marcada na sua casa, na rua Senador Saraiva, onde também havia casas de baixa prostituição. Mas a Casa da Geni era diferenciada, o que a tornava recomendada, sempre preocupada com a higiene peniana e asseada consigo própria. Teria sido esposa de um médico que a abandonou. Para seu sustento atuava como professora de sexo no “batismo” de meninos, momento importante para comprovarem a si mesmos e a seus pais a sua virilidade e não ficarem marginalizados no grupo de colegas. Para o menino de doze anos, que entrava na puberdade, a primeira vez estava envolta em ansiedade e medo, pois iria desbravar um mundo desconhecido.

Com hora marcada, chegava o menino, tímido, sozinho ou trazido por alguém da confiança de seu pai, evitando ser visto pela polícia por ser menor de idade. Menino que para lá se dirigia depois das aulas, trajava paletó e gravata, como era obrigatório na época. Esperava na calçada do outro lado da casa o sinal de Geni para entrar, e o fazia sorrateiramente. Se o estudante tivesse boas notas comprovadas pela caderneta escolar, pagava a metade da taxa de cinco mil réis. Geni aceitava até passe de bonde. Havia um ritual. Recebia o rapazinho, examinava a sua genitália, lavava-o em uma bacia antes e depois do sexo, aplicava-lhe permanganato de potássio para preservar a higiene. Se detectasse algo que pudesse gerar contaminação, com muito respeito e conselho de mãe, mandava o menino primeiramente tratar-se e voltar depois.

Com seus 45 anos, saudável, de boa aparência, estatura média, não se desnudava, usava uma combinação de seda deixando entrever os seios fartos, e com delicadeza e respeito, introduzia o menino na arte do coito tradicional, sem nenhuma das variáveis correlatas, até que conseguisse consumir o “batismo”. Extremamente profissional pela responsabilidade exigida em seu trabalho, cuidava para que não houvesse qualquer deslize a comprometer a vida sexual futura ou a autoestima do menino. Para garantir que ele fosse um bom parceiro sexual pela vida afora, ao terminar o batismo, mesmo com a *performance* ainda pouco primorosa, sussurrava-lhe “*Jamais gozei de forma tão fantástica e deliciosa como com você*”. Missão cumprida e o menino saía de peito erguido, feliz, na certeza de que sua virilidade não o trairia nem iria desapontar as mulheres.

Eventualmente, havia alguma frustração, conforme as palavras de um dos respondentes, já com seus 70 anos. Em exercício de memória, relatou que, com seus 13 anos, lá chegou pela mão de amigos do colégio. Passou pelo ritual de assepsia, pagou meia taxa por ter boas notas, mas, por pensar nas atrizes jovens como Brigitte Bardot, ao ver a Geni, uma senhora da idade de sua mãe, a não corresponder com as suas fantasias sexuais, não conseguiu ereção. Ela, com delicadeza, ao perceber a dificuldade, devolveu-lhe o dinheiro e encorajou-o a voltar em outro dia. Incontidamente, no meio da entrevista, ele gritou: - *Primeira brochada de minha vida! Vi a minha mãe na dona Geni!* Sequencialmente, contou que não desistiu, agendou outra data e finalmente conseguiu com sucesso ser batizado pela Geni, a resgatar o desaponto anterior.

Estudos reiteram a relevância da iniciação sexual por meio das prostitutas:

É bastante conhecida na história da cidade a importância que teve o bordel enquanto lugar de iniciação dos jovens. Moços da elite ou das camadas menos favorecidas eram introduzidos nas “artes do amor” ou nos “vícios elegantes”, como dizia o Dr. Orlando Vairo, em 1926, pelas prostitutas, com as quais chegavam a manter relações duradouras. Se moralmente condenada, essa função era bem-vinda na sociedade, pois, segundo se acreditava então, garantia a virgindade das futuras esposas e permitia que os moços arrefecessem parte do “fogo interno”, numa fase da vida em que os impulsos libidinais eram muito prementes. (RAGO, 2008, p.28)

A postura de trabalhar só e não se misturar com as outras prostitutas demonstrava o profissionalismo de Geni, pois, dentro de seu imaginário social, considerava-se professora de sexo e não “mulher da vida fácil”. Colocar limites simbólicos por meio dos exigidos cuidados

higiênicos e por manter parte do corpo coberta com uma combinação para evitar o toque pelos meninos, provavelmente, visava isentar o contato sexual de qualquer sentimento amoroso. Era uma prestação de serviços profissionais. A iniciação do menino, portanto, seguia um ritual apenas mecânico, um trabalho remunerado como qualquer outro, numa lógica construída sem envolver a corporalidade integral, nem tampouco a afetividade. Cabia-lhe tão somente batizar o menino e nada mais.

Geni tornou-se um ícone, uma figura emblemática e conhecida, em Campinas. Foi protagonista de um Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade de Campinas com o título “Estudante paga Meia” cuja história inspirou uma peça teatral com o mesmo nome para o I Festival de Teatro de Comunicações, FESTECCO, também da Pontifícia, com prêmio de melhor peça na década de 80, que ficou em cartaz por alguns anos.

A literatura brasileira explorou a temática da iniciação dos meninos como um imperativo do contexto social. Por meio do livro *Amar, Verbo Intransitivo*, Mário de Andrade, fez uma crítica sociológica dos valores brasileiros da alta sociedade paulistana, com foco no burguês novo rico. A governanta Fräulein Elza foi contratada para iniciar sexualmente Carlos Alberto, filho do abastado burguês de Higienópolis, Sousa Costa, debaixo de seu teto, sem risco de doenças venéreas. A esposa, dona Laura, acreditava ser Fräulein apenas professora de alemão dos seus filhos. O autor desnuda a hipocrisia social, por ser Souza Costa frequentador da vida noturna, justificando compromissos de trabalho à esposa. Fräulein Elza cumpre o contrato com dignidade, até conseguir, com jogos de sedução, que o menino Carlos passasse a frequentar a sua cama todas as noites. Fracassou o plano de Souza Costa, pois Carlos já havia sido iniciado por uma prostituta do Ipiranga, em uma farra com amigos.

### **Castelinho Azul**

Entre as dezenas de prostíbulos que afloraram durante a pesquisa, impende conhecer o Castelinho Azul de Lola Tallerman, ambiente de magia, requintado e imponente sobrado, com porão e três pisos, com riqueza de elementos da arquitetura em estilo normando, a receber a elite campineira para momentos de volúpias, prazer e descontração. Localizava-se defronte ao Jardim Carlos Gomes, na confluência das ruas Conceição e Boaventura do Amaral, em meio a casas de famílias da sociedade campineira.

O jardim cercado por muro baixo e pequenas pilastras ligadas por grades brancas de ferro, deixava entrever um belo chafariz, as árvores decorativas e flores. O portão de entrada principal ficava na rua Conceição. Qualquer pessoa que passasse pela frente do Castelinho Azul, nada via. Dona Lola era muito zelosa pelo respeito à casa e jamais permitia que as moças se mostrassem nem mesmo nas janelas que se mantinham fechadas, nem no jardim, nem no portão, pois a casa primava pela discrição. Havia, no entanto, uma entrada lateral, reservada, na Rua Boaventura do Amaral, que preservava a discrição de clientes que, por motivos óbvios, não gostariam de ser vistos: altas autoridades, clérigos, políticos, endinheirados fazendeiros, profissionais liberais, respeitados pais de família...

O Jardim Carlos Gomes, com dezenas de palmeiras imperiais, completava o entorno com muito verde. O Castelinho Azul sobressaía-se com formosa fachada e telhado inclinado com telhas azuis europeias. As sinuosas escadas de mármore de carrara encontravam-se no terraço que dava acesso à porta principal da casa. Logo à entrada, vislumbrava-se o belíssimo salão, ricamente decorado, com mesas redondas, cadeiras de veludo, piano de cauda, frisas, espelhos, cortinas, bar, uísque, cerveja, *champagne* francês, enfim ambiente nobre, erótico e agradável mesmo aos homens que lá iam não para os prazeres do sexo, mas para conversar, beber, ouvir música e usufruir o cenário.

O cliente que buscava a luxúria, em jogo de olhares, escolhia uma moça, dançavam e bebiam como antessala do sexo. Alguns tinham preferência por iniciantes ou mesmo virgens, envoltas no encantamento de pureza mesclado com a magia do desbravamento sexual, permeado de timidez. O preço era elevado e variava a depender do que fora combinado.

Um dos sujeitos entrevistados despertou recordações sensoriais, a detalhar o primeiro relacionamento com uma moça do Castelinho Azul, por quem se apaixonou. Relatou que, quando lá entrou pela primeira vez, se encantou com as luzes, a ornamentação, as moças, um mosaico de representações simbólicas e eróticas. Seu olhar pousou em uma delas, que lhe retribuiu com um gesto sensual e sentou-se a seu lado. No jogo da sedução, lembrou-se que ela acariciava lentamente os lábios entreabertos com os dedos a sugerir algo mais quente e tocava os bicos dos seios para tornar-se mais excitante. Dançaram acaloradamente com ânsias de desejo e depois relacionaram-se com gozo ardente. O entrevistado, alterando a eloquência de suas palavras, confessou que voltara lá muitas vezes sempre fixado na mesma moça de olhar arrebatador, porém entristeceu-se pelo alerta de seus colegas da Faculdade de que deveria variar de “menina” por ter um namoro compromissado com moça de família para casar.

Como as representações do passado poderiam ter permanecido tão vivas no relato do entrevistado? Provavelmente, memórias subterrâneas prazerosas afloraram enquanto depoente saudosamente as verbalizava, materializando o passado. Indubitavelmente, estava amargurado pelo afastamento da sua menina do Castelino, pela proximidade do casamento e pelas representações de incerteza de não vivenciar na vida conjugal a mesma paixão, o mesmo gozo ardente. Era a dicotomia entre casamento e prazer preceituada nos códigos sociais.

Outro sujeito entrevistado, de cabelos muito brancos, revisitou o passado a rememorar, com detalhes e fala ininterrupta a decoração do quarto do Castelinho Azul e de seu apetite e excitação:

Não me esqueço das cortinas e colchas de seda vermelha, *abat-jour* à meia-luz, pechinchê com espelho ao lado da cama, pentes, para que a “menina” retocasse os cabelos e a maquiagem depois do sexo. Lembro-me do biombo de quatro folhas de laca preta, com motivos japoneses, atrás dos quais ela se despia lentamente, a enlouquecer-me de desejo, enquanto ia colocando as peças da vestimenta, das externas às mais íntimas, uma a uma sobre as folhas do biombo. Eu a aguardava despido, sedento e agitado sobre a cama. As meias rendadas atiradas no chão, em verdadeiro jogo de sedução, excitaram-me a tal ponto que não mais resisti. Levantei-me da cama e quase derrubei o biombo para admirar a sua nudez e saciar-me em seu corpo. Foi uma noite de delícias inesquecíveis!

Pelos idos de 1954, o portão principal do Castelinho Azul na rua Conceição foi lacrado a exigir que todos os frequentadores entrassem e saíssem pela entrada lateral da rua Boaventura, passando pela cozinha, fato nunca esclarecido, embora sugerisse problemas com a polícia sempre a rondar a casa. Em torno de 1960, Lola desativou o seu negócio, vendeu o palacete de telhas azuis, até hoje guardado na memória de quem o conheceu.

### **A voz da prostituta – como tudo começou**

Os mais variados motivos levavam as meninas a se prostituírem. Sonhos de uma vida melhor, a vislumbrar a possibilidade de trabalhar e ganhar dinheiro na cidade grande. Partiam felizes, deixando para trás a vida humilde da casa de seus pais, conforme relata abaixo uma das protagonistas, que aceitou me contar a sua história.

Com 16 anos vim procurar emprego em Campinas. Trabalhei numa mansão, onde tinha o filho de minha patroa com 22 anos. Eu limpava a casa. Quando minha patroa saía, o seu filho andava de cueca e passava a mão em mim dizendo que queria se casar comigo. Caí na conversa e à noite ele ia no meu quarto e depois de alguns meses, minha barriga começou a crescer, estava grávida. Conteí pra ele e passou a me rejeitar. Disse que ia me levar fazer o aborto e ninguém ia ficar sabendo. Não aceitei e ele ficou muito bravo. Escondia a barriga, sob o avental. Chorava de tristeza. Sentia vontade de vomitar e minha patroa desconfiou da gravidez e queria me devolver pra meus pais que eram pobres. Conteí que a criança era seu neto. Ela me xingou de vagabunda, me mandou embora e tratou logo de casar o filho com a namorada dele. Eles eram ricos e tinham uma fábrica. Não voltei pra casa de meus pais. Só consegui trabalhar numa casa de prostituição. Tinha que me deitar com homens que gostavam de fazer sexo com mulher grávida. Quase nem aguentava, estava muito barriguda e inchada, mas não podia rejeitar freguês. Uma parteira fez o parto, lá mesmo, sem anestesia. Nasceu minha filha, linda e levei pra avó rica e o pai ver, mas me ameaçaram, dizendo que iam chamar a polícia. Continuei prostituta por mais dois anos e pagava uma senhora pra cuidar da minha filha. Guardei dinheiro e consegui emprego de babá. Foi difícil sair da prostituição porque a dona da casa dizia que eu devia dinheiro do parto e dos remédios. Consegui sair e fui batalhando. Aluguei um quatinho e pus minha filha numa creche. Depois de dois anos, o pai de minha filha descobriu a creche onde ela ficava e procurou saber onde eu morava. Ele e a mãe dele foram na creche pra ver a menina. Ele ficou encantado com a beleza dela e a avó chorou. Contou lá que ele era o pai e queria a guarda de minha filha. A mulher dele era estéril e não podia ter filhos. Fiquei com medo de perder minha filha. Consegui provar ao Juiz da Infância que podia criar a menina, que ela estava bem na creche. O Juiz mandou uma psicóloga em minha casa e obrigou o pai a pagar uma pensão alimentícia, e ele podia levar a menina dois fins de semana por mês. Tinha medo porque a casa dele era bonita. Chorei bastante e dei muito amor a ela. Hoje sei que as pessoas ricas usam a gente e depois desprezam. E acham que o dinheiro compra tudo. Aprendi a palavra hipocrisia. Fui vítima de pessoas hipócritas. Lutei e venci. Minha filha cresceu, estudou, casou e me deu uma netinha. O pai dela separou da mulher e mudou de Campinas. Isso é um pouco da minha história. Fui puta, sim, por necessidade, por ter sido abusada e jogada na rua grávida.

Pela história de vida, pode-se aferir que os fatores que motivaram a sua incursão na prostituição tinha foco na real necessidade de sobrevivência, de teto, de alimento, de um lugar onde pudesse trabalhar mesmo grávida. Emerge uma problemática social, uma vez que a prostituição ao mesmo tempo em que a aceitou, submeteu-a a uma condição de trabalho forçado como recompensa pelo acolhimento. Tratava-se de uma dominação em que a menina se submetia não, por considerar natural, mas por irrestrita necessidade e falta de opção em uma sociedade que exclui e rejeita os vulneráveis. Fica o binômio: incluída na prostituição *versus* excluída do social.

E o regime “escravo” sub-reptício afluía pelo fato de a menina ter que se submeter obrigatoriamente a trabalho cruel e estar sempre endividada com a dona da casa. Ela foi abusada sexualmente na mansão e explorada sexualmente no prostíbulo. O relato realça a hipocrisia social em que a patroa condenava a menina por ter cedido e nenhuma responsabilidade era atribuída ao filho. Na ótica da patroa, como poderia seu filho rico casar-se com uma menina perdida ou mesmo assumir a paternidade? A hipocrisia da preponderância, da hegemonia do dinheiro farto! Quantas representações simbólicas no imaginário social!

### **Contaminações, Medos, prevenção**

#### **Lavagem uretral**

Juntamente com o prazer da prostituição afluía o medo da contaminação com doenças venéreas, como a gonorreia ou blenorragia, altamente contagiosa, causada pela bactéria gonococo alojada na uretra, transmitida pelo ato sexual.

Os rapazes e homens queriam o gozo com as prostitutas, mas corriam o risco de se contaminarem e também infectarem outras mulheres ou a esposa. Daí, vinha a parte mais dolorida, a prevenção: a lavagem uretral.

Um entrevistado relatou que, ao sair do prostíbulo, visitava regularmente os Postos Profiláticos abertos à noite toda para a aplicação de lavagem mediante uma sonda com nitrato de prata introduzida na uretra, em procedimento muito dolorido, sem qualquer anestésico. Não havia médicos, os enfermeiros faziam o procedimento, de forma rápida. Bastava ao entrar e fazer um sinal com o polegar e o dedo indicador ao enfermeiro que entendia o código: lavagem uretral. Muitas vezes, a sonda infectada, sem cuidados de assepsia, poderia causar infecção urinária a necessitar de tratamento adequado. Ainda, o procedimento precário da introdução da

sonda poderia causar uma corrosão química, bem dolorosa, que era tratada com penicilina e exigia um tempo de abstinência sexual.

### **Pthirus Pubis – o chato**

O Pthirus Pubis, o “chato”, era um “piolho caranguejo”, inseto sem asas, picador-sugador que se alojava nos pelos pubianos de homens e mulheres pela relação sexual por falta de higiene. As centenas de ovos se transformavam em lêndeas aderidas à pele. Daí, seguia-se o prurido constante e incomodativo.

Infestar-se com o “chato” era um dos riscos ao deitar-se com uma prostituta. Os colchões, em geral, eram de palha, os travesseiros de algodão, a facilitar a hospedagem e proliferação do piolho “chato” e também dos percevejos de cama.

Um depoente confessou que, quando ainda era menor de idade e infestava-se com o piolho chato, aplicava Neocid, Flit, BHC e até mesmo vinagre, nas regiões pubianas e parte anal. Se não resolvesse, colocava um pedaço de toucinho do porco em contato próximo à pele do lugar da infestação, ajustado com pano fortemente amarrado, durante a noite toda, na esperança que os piolhos se arremessassem do seu corpo para o couro do porco. A coceira pela infestação de lêndeas era tão forte que ele metia as unhas no “saco” a ponto de machucar-se. Sua mãe muito brava perguntava por onde havia andado para pegar aqueles piolhos, ao que ele respondia não ter a mínima ideia. Acreditava que a mãe imaginava por onde ele andava, mas por ser homem estava liberado às farras próprias da idade e ela entendia ser natural que aquilo acontecesse. Desconhecia se a mãe contava ao pai, pois não se falava em sexo, dentro de casa.

Outro depoente contava que o “chato” coçava demais, porém não o intimidava e quando se via livre dele, voltava aos braços das deliciosas cortesãs. Mesmo depois de casado, quanta saudade sentia daquelas meninas que tanto o satisfiziam! Vez ou outra, recaía e ia buscar os encantos das meias rendadas, dos soutiens vermelhos... Relatou que numa dessas recaídas o seu casamento quase acabou!

### **Sífilis – um grande medo**

A prostituição era considerada um vetor de contágio da sífilis e caso não tratada no estágio inicial, poderia ser transmitida às esposas e ainda mais grave, gerar filhos com sífilis congênita. Conforme vários entrevistados, pelo fato de o cancro, fase inicial da sífilis, aparecer

por meio de uma ferida na região genital e curar-se com ou sem medicação, sem deixar marca, muitos contaminados continuavam com atividades sexuais, sem imaginar que a doença estava adormecida e iria reaparecer nas demais fases.

As casas de prostituição de Campinas, nas décadas de 30, 40 e 50 não eram obrigadas a registrar as suas “moças” na Delegacia de Costumes, para submeterem-se a exames médicos periódicos. Essas providências dependiam de cada dona de prostíbulo, que quisesse preservar a saúde das “meninas” e ter seu negócio com credibilidade pelos clientes. As “casas” mais famosas, como as da Lola, da Maria Lúcia, da Paraguaia, da China, da Ália, da Irma não descuidavam de submeter as suas “meninas” a exames periódicos com médicos da cidade. Se fosse detectada a sífilis, a menina estava impedida de atuar no sexo.

Relembrou um entrevistado, assíduo frequentador da casa da Paraguaia que ela, de quinze em quinze dias, levava as meninas a um médico para exames ginecológicos e gerais, pois o sucesso da casa dependia de estarem todas sadias. Qualquer gonorreia ou suspeita de sífilis ou tuberculose era verificada com muita atenção. Se houvesse diagnóstico positivo, enquanto a menina não estivesse curada e absolutamente saudável, não atendia nenhum cliente.

### **Tuberculose**

As meninas de casas de prostituição, em especial, as de baixo meretrício, com fraca resistência, hábitos de alcoolismo e alimentação deficitária, estavam mais expostas a adquirirem a tuberculose, bem como a transmitirem. Quantas “moças” em Campinas, foram acometidas com tuberculose, nas décadas de quarenta a sessenta, tendo que interromper suas atividades para tratamento médico! Conheci duas delas, cujo emagrecimento, febre e tosse contínua facilitaram o diagnóstico da tuberculose. A proprietária do prostíbulo inventava uma desculpa para a ausência delas, pois se a clientela soubesse a verdade, haveria pânico, relatou um depoente médico. As duas ficaram internadas por bom tempo em Campos do Jordão e apenas uma retornou curada. A outra falecera, mas no prostíbulo divulgaram que ele havia voltado para a casa de seus familiares, complementou o depoente.

Embora houvesse legislação penal, com um capítulo dedicado ao Lenocínio, a punir a exploração da prostituição, as letras de lei eram mortas, ineficazes, incluindo a manutenção de casa de prostituição, o rufianismo, o tráfico de mulheres... Até mesmo grandes juristas, autores de doutrina jurídica fechavam os olhos, por não encontrarem justificativas capazes de

considerar as casas de prostituição como ofensivas à moralidade pública sexual o que se comprova pelas palavras do grande jurista Nelson Hungria:

A casa de prostituição possui uma função preventiva na entrosagem da máquina social: é uma válvula de escape à pressão de recusável instinto, que jamais se apaziguou na fórmula social da monogamia, e reclama satisfação até mesmo que o homem atinja a idade civil do casamento ou a suficiente aptidão para assumir os encargos da formação de um lar. Anular o meretrício, se isso fora possível, seria inquestionavelmente orientar a imoralidade para o recesso dos lares e fazer reverter a libido para a prática de todos os crimes sociais. (HUNGRIA, 1959, p. 169-170).

Em relação à casa da Geni, pairava uma complexa análise, pois mantinha por conta própria a sua casa para o exercício individual da prática da iniciação sexual dos meninos, o que não seria crime, caso não se tratasse de cliente menor de idade. Estaria incurso no crime de corrupção de menores, previsto no artigo 218 do Código Penal de 1940. Um dos depoentes que conhecia muito a Geni relatou que ela não induzia o menor à relação carnal, apenas exercia o ofício de atender as solicitações dos pais ou do menino, e fazia isso com profissionalismo e respeito, cobrando uma taxa para seu sustento. Não há notícia de que ela tenha sido presa alguma vez por atender menores. Segredou, em voz baixa, que ela contava com a retaguarda de pessoas poderosas, pertencentes aos órgãos da imprensa e da justiça, que a protegiam. Complementou que uma vez, um investigador de polícia tentou indiciá-la e fez menção de que teria de fechar o estabelecimento, mas em vão, pois não foi encontrado nenhum cliente na casa, durante a inspeção e ali era a sua residência, onde morava sozinha. Continuou trabalhando sozinha, discreta, respeitada e não cumpriu a ordem de transferir-se para o Itatinga.”

### **Operação Limpeza - Jardim Itatinga**

Os bairros, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora e o Taquaral, que agasalhavam muitos prostíbulos, a partir da década de 60 adquiriram feição de bairros nobres, classe média alta, com parques, arborização, com casas mais requintadas, moradores seletos, crianças andando de bicicleta na rua, o que incomodava as famílias por terem de conviver ao lado de casas de tolerância.

Um pároco de uma igreja localizada entre o Jardim Nossa Senhora Auxiliadora e o Taquaral, durante a missa, em um domingo, após a comunhão pediu a atenção dos fiéis para

explicitar que aquele templo era casa de Deus, de portas abertas a todos. E que aquelas moças, que se postavam nos últimos bancos e eram as últimas a dirigirem-se ao altar para receberem a eucaristia, eram filhas de Deus, devotas, participativas, inclusive a ornamentarem a igreja com flores em todas as datas festivas. Verbalizou com eloquência que não mais aceitaria gestos discriminatórios das senhoras que se alojavam nos primeiros bancos, com trejeitos, risinhos e acotovelando-se enquanto as meninas do fundo comungavam. Elas serão, de hoje em diante, as primeiras a se dirigirem à mesa da comunhão. Sequenciou asseverando que aquelas meninas exerciam as suas atividades e atendiam seus clientes discretamente sem jamais terem batido nas portas de qualquer residência das famílias. Ao contrário, os maridos, sim, esses batiam à porta delas para solicitar atendimento às suas necessidades pessoais. Os maridos presentes, ao lado de suas esposas, damas da sociedade, constrangidos abaixavam a cabeça enquanto as esposas ficaram enfurecidas. A guerra fora anunciada, não das esposas contra os maridos, mas contra as prostitutas e indignadas com o padre.

O movimento “Operação Limpeza” contra a presença das prostitutas cresceu na cidade com apoio da municipalidade e, por volta de 1965, acolhido por um ex-presidente da Câmara Municipal, definiu-se, de forma velada, que haveria uma limpeza para banir os prostíbulos no centro urbano de Campinas.

As damas da sociedade e mães cristãs sentiam-se aviltadas em dividir o mesmo espaço urbano com “mulheres de vida fácil”, “pecadoras”, na vizinhança, nas celebrações de igreja, nas sessões de cinemas, nas lojas mais requintadas, nos salões de beleza, nas festas e eventos em clubes bem como nas ruas da cidade. Necessário se fazia tirar essa “sujeira”, essa promiscuidade sexual que comprometia o saudável convívio social. E gota a gota, a população ingeriu a proposta da limpeza moral na cidade como um projeto de revitalização de Campinas.

A aliança entre a Imprensa, Polícia, Municipalidade e Senhoras da Sociedade resultou na obrigatória transferência, em formato de zona, das casas de prostituição para o bairro periférico rural de Campinas, Jardim Itatinga, área desapropriada da fazenda de mesmo nome que, em tupi-guarani significa pedra branca. As casas da Maria Lúcia e da Paraguaia foram umas das primeiras a se mudarem para lá. A Geni nunca saiu do perímetro urbano.

Em prisma sociológico, a reflexão sobre criar fronteira para evitar que pais de família frequentadores de casas de prostituição alocadas em uma zona ficassem com a identidade preservada significava que a vida cotidiana desses cidadãos era paradoxal, incoerente,

conflituosa, disfarçada, enfim, múltipla. O mesmo homem que passasse a frequentar o Jardim Itatinga era exatamente o mesmo que retornava para a sua casa, para a sua família, cultivando dois códigos morais: o da zona, profano, pleno de erotismo desenfreado, e o da família, sagrado, pleno de defesa da moral ilibada, dos bons costumes, do recato e do respeito. Nenhuma reprimenda ou responsabilidade pesava aos homens. Caía o estigma sobre a prostituta pelo comportamento devasso e censurado, mas também a esposa, sem qualquer senso crítico, convivia pacificamente com as transgressões do marido para manter as aparências sociais.

Em pouco tempo, o Jardim Itatinga expandiu-se e ficou conhecido como uma das maiores zonas de prostituição a céu aberto da América do Sul, com inúmeras e famosas boates, a receber clientela de várias cidades e também atender pessoas de projeção social e política. Até mesmo universitárias faziam “ponto” nos prostíbulos e na famosa e requintada boate Galo de Ouro, como fonte de renda para custear os estudos ou ter mais dinheiro para excentricidades.

Foi fotografada uma época, em que os costumes delineavam muito bem os papéis masculinos e femininos, a convivência entre os sexos na reclusão do lar e na liberdade extraconjugal, com as configurações que se referem ao tempo em que se desencadearam os fatos. Foi exposto um tecido social com entrelaçamento de muitos fios, permeados por memórias seletivas e por espaços de fazer amor sem amar.

Esse fazer amor sem amar vivenciado no mundo da prostituição configurava a mulher como objeto, deixando de ser alguém que recebesse afeto, carinho, ternura nas conjunções carnavais, uma vez que a medida era o dinheiro. O homem comprava o prazer e a mulher vendia o seu corpo, portanto, a remuneração decorria de uma relação comercial e não de uma relação afetiva. A objetivação da mulher refletia-se na sua baixa-estima, pois se mantinha confinada, isolada em um espaço geográfico, em verdadeira exclusão social.

Enfim, o cenário urbano mudou. Apagaram-se as luzes vermelhas nas casas de tolerância. Apagaram-se as luzes dos faróis dos carros que não mais transitavam pelas ruas dos prazeres. Novo perfil urbano com as prostitutas distantes sem perturbarem o cenário social urbano, a garantir os ditames da “moralidade” e dos “bons costumes” na Campinas das décadas de sessenta, setenta... Um tempo se foi...

## Referências

ANDRADE, Mário de. **Amar, Verbo Intransitivo**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1927.

BASSERMANN, Lujo. **História da Prostituição – uma interpretação Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BERTAUX, Daniel. **L’approche biographique: as validité methodologique, ses potencialité**, in Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. LXIX, 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade – Lembrança de velhos**. 7<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico: memória e sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 1998.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Entre a luxúria e o pudor**. São Paulo: Octavo, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Relatos orais: nova leitura de velhas questões educacionais**. Revista Portuguesa de Educação, Portugal, v.8, n.1, p.5-20, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa**. In: LANG, Alice B.. da S. G. (org) Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: CERU, 1992 (Coleção Textos. Série 2, 3).

DURKHEIM, Émile. **Leçons de sociologie**. 5e édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

\_\_\_\_\_. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: Flammarion, 2010. (Champs Classiques)

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Pernas cruzadas, Meias rendadas: desvendando histórias de Campinas (1030-1965)**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2013.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da Noite**. 2a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SIMSON, Olga R. de Moraes Von (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_.(org). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.